Caderno Especial

1º Encontro Nacional de Auditoria Financeira dos Tribunais de Contas do Brasil

Sobre o 1º ENAF-TC e os artigos do Caderno Especial desta edição

Rui Barbosa, considerado grande patrono dos tribunais de contas no Brasil, ao expor os motivos pelos quais defendia a criação de um órgão de tal natureza em território nacional, elencou como primeira competência da idealizada corte o julgamento das contas dos responsáveis pela gestão de recursos públicos.

Não é por acaso que a palavra “contas” está incrustada na denominação dos órgãos designados para o exercício do controle externo em nosso país. O acompanhamento e a avaliação dos resultados financeiros dos governos por uma terceira parte independente na relação entre o poder público e a sociedade é missão de elevada significância, visando reduzir a assimetria informacional e contribuir para a geração de dados contábeis não maculados por distorções relevantes, as quais poderiam prejudicar as decisões governamentais, repercutindo negativamente na sustentabilidade financeira de importantes políticas públicas ou, ainda, resultando no descumprimento do ordenamento contábil-fiscal vigente.

Para cumprir esse desiderato, os tribunais de contas se valem, sobretudo, das auditorias financeiras, as quais têm como objetivo fornecer asseguração razoável aos usuários das demonstrações contábeis sobre se os referidos relatórios ou outras formas de reportes da informação financeira são justos e/ou se foram apresentados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável e o marco regulatório vigente.

Embora de incontestável valia, a auditoria financeira conduzida pelo controle externo nacional carece de aprimoramentos. Esse diagnóstico, inicialmente vislumbrado no Tribunal de Contas da União em decorrência da avaliação empreendida no âmbito do programa internacional Public Expenditure and Financial Accountability (Pefa), é extensível também às demais 32 cortes de contas do Brasil, conforme resultados do ciclo de 2022 do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMDTC), iniciativa patrocinada pela Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O cenário hodierno tem motivado os auditores dos tribunais de contas a trabalhar arduamente para reverter esse quadro. Entre as diversas ações empreendidas, destaca-se a fixação, no calendário anual, do “Encontro Nacional de Auditoria Financeira dos Tribunais de Contas do Brasil”, o ENAF-TC, cuja primeira edição foi capitaneada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e realizada nos dias 25 e 26 de maio de 2023, contando com a participação de todos os 33 órgãos de controle externo do país.

Sete palestras e duas mesas de discussão integraram a programação dos dois dias do 1o ENAF-TC, mas o conhecimento propiciado não se esgotou com o encerramento da primeira edição do evento. Como desdobramentos adicionais, foram submetidos três artigos ao TCMSP com a temática da auditoria financeira, os quais são ora publicados na Revista Simetria.

Um deles, escrito por mim, trata das limitações internas dos tribunais de contas do Brasil para realização de auditorias financeiras com asseguarção razoável. Por meio de pesquisa realizada com aproximadamente 70% dos órgãos de controle externo do país, é possível constatar que a insuficiência de auditores ante o volume de entidades fiscalizadas, a ausência de conhecimentos adequados em normas e metodologia de auditoria financeira por esses profissionais, a incompreensão de outras áreas dos órgãos de controle sobre o assunto, a inexistência de manuais que tratem de forma prática as nuances da fiscalização, bem como de sistemas informatizados e suporte logístico, são causas comuns que dificultam a implementação da técnica de auditoria em questão com o rigor normativamente exigido.

Já no artigo “Auditoria financeira como catalisadora do processo de controle externo dos Tribunais de Contas Brasileiros”, os auditores José Ricardo Paniagua, Henri Forti e Luísa Cheade, do TCE-MS, propõem um modelo que visa potencializar a efetividade das funções finalísticas dos órgãos de controle externo por meio da realização de auditorias financeiras.

Por fim, no artigo “Auditoria financeira é assunto da auditoria interna?”, o auditor da Controladoria-Geral da União, Janilson Suzart, propõe uma reflexão sobre a temática para além do controle externo, trazendo as unidades governamentais de auditoria interna para o bojo da discussão. Sua pesquisa, sustentada em diversos outros artigos, possibilita inferir que a auditoria financeira também é passível de aplicação na área em questão, o que, na minha visão, sugere excelentes oportunidades de integração entre controles externos e internos para maior alcance da auditoria financeira em nosso país.

Boa leitura!

Jorge de Carvalho
Auditor de Controle Externo do TCM-SP
Organizador do 1o ENAF-TC